

A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E O ESTUDO DOS PROCESSOS DE ANCORAGEM DA MEMÓRIA COLETIVA

Thiago Souza Silva¹
Elton Moreira Quadros²

Resumo: Este artigo apresenta um compilado teórico alusivo à Teoria das Representações Sociais (TRS), formulada por Serge Moscovici, e, proficuamente desenvolvida por Denise Jodelet, cientista de extremada importância para a propagação da Teoria proposta. Introdutoriamente, esboçou-se o contexto histórico, político, científico (mormente da psicologia social) e econômico, no qual estava imerso tal autor no período das grandes revoluções que efervesciam na França. Para a derivação das TRS Moscovici inspirou-se nos pressupostos *Durkheimianos*. Observou-se que o conhecimento produzido pela dimensão científica apresentava um status de supremacia quando comparado ao originado pelo senso comum, o qual se encontra vinculado a uma gama de percepções, credos, hábitos e valores que estão incorporados à prática cotidiana dos sujeitos, e que conferem semântica à realidade social das coletividades. Ademais, pontuou-se que existe uma entranhável conexão entre a Memória e a Representação Social, haja vista que estas se relacionam dialeticamente, de modo que os comportamentos dos indivíduos no tempo presente são fundamentados pela representação social que estes possuem a respeito de algo, assinalando-se nela a característica de conservação amparado na ancoragem desta representação, atributo este formado, sobretudo, pela memória coletiva do grupo de aderência. Por fim, discerniu-se que a memória é extremamente relevante para a formação das representações sociais, porque é por intermédio dela que os sujeitos executam o processo de identificação, reconhecimento e adesão aos grupos.

Palavras-Chave: Memória coletiva. Representações Sociais. Ancoragem. Senso comum.

THE THEORY OF SOCIAL REPRESENTATIONS AND THE STUDY OF ANCHORING PROCESSES OF COLLECTIVE MEMORY

Abstract: This article presents a theoretical compilation alluding to the Theory of Social Representations (TRS), formulated by Serge Moscovici, and,

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB, thiago_uesb@yahoo.com.br.

² Prof. DSC. do Programa de Pós-Graduação em Memória Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, elton.quadros@uesb.edu.br.

proficuaente developed by Denise Jodelet, scientist of extreme importance for the propagation of the proposed Theory. In an introductory way, the historical, political, scientific (especially social psychology) and economic context was outlined, in which this author was immersed in the period of the great revolutions that flourished in France. For the derivation of the TRS Moscovici was inspired by the Durkhieminian assumptions. It was observed that the knowledge produced by the scientific dimension presented a status of supremacy when compared to that originated by common sense, which is linked to a range of perceptions, creeds, habits and values that are incorporated into the daily practice of subjects, and that give semantics to the social reality of collectivities. Moreover, it was pointed out that there is an inwardly connection between Memory and Social Representation, since these relate dialectically, so that the behaviors of individuals in the present time are based on the social representation that they have about something, highlighting in it the characteristic of conservation supported in the anchorage of this representation, attribute formed, especially by the collective memory of the adhesion group. Finally, it was discerned that memory is extremely relevant for the formation of social representations, because it is through it that the subjects perform the process of identification, recognition and adherence to groups.

Keywords: Collective memory. Social Representations. Anchoring. Common sense.

Introdução

Em 1948, especificamente no mês de Janeiro, Serge Moscovici, oriundo da Romênia, adentra no contexto Parisiano, interagindo com realidades múltiplas desse universo, relacionadas ao preconceito racial, estigmatismo social, além de ter assistido ao advento do totalitarismo comunista. Tal autor considerava piamente na competência que possuía a psicologia social para dirimir conflitos de ordem política e financeira, legados pelo período do pós-guerra.

Moscovici evidenciou tal perspectiva no prelúdio da primeira edição da obra intitulada de *La psychanalyse: son image et son public*, publicada no ano de 1961, onde, na oportunidade, o autor enfatiza que a psicologia social assume um lugar privilegiado no campo das ciências sociais, sobretudo, na área sociológica e antropológica.

No ensejo, tal pensador fez menção às convicções teóricas apregoadas por Émile Durkheim, ilustre sociólogo francês, e por Georgi

Plekhanov, filósofo político de nacionalidade russa, adepto da ideologia marxista. Embora haja uma expressiva distinção política e filosófica na representação do pensamento defendido por estas figuras emblemáticas, ambas possuíam uma característica afim: a exploração dos saberes que circulam pela esfera social. Com base nisso, tanto um quanto outro ponderava que a posição privilegiada conferida a psicologia social, se dava em decorrência da sua aptidão e atuação frente aos fatos governamentais, monetários, e congêneres.

Assim, desde o princípio, Moscovici vislumbrou a psicologia social como uma ciência dinâmica, duplicadamente direcionada no que tange a algumas categorias de conformação microssocial e macrossocial, que coexistem em conflitos, como, por exemplo, as relações existentes entre os sujeitos e as coletividades, a cultura e a personalidade, a sociologia e a psicologia, entre outras (FAUCHEUX; MOSCOVICI, 1962). A psicologia social, por se tratar de uma matéria híbrida, que está em constante movimento, acaba por se defrontar com os conflitos gerados por tais conexões. Com efeito, é da análise dessas tensões que se ocupa a psicologia social.

No decorrer de sua trajetória científica, Moscovici se empenhou em perscrutar essas questões na constituição da psicologia social, enquanto uma ciência social internacional, sob o incentivo da UNESCO. Com isso, concebeu a Teoria das Representações Sociais (TRS), das inovações de minoria e envolvendo-se ativamente nas mobilizações de caráter ecológico (MOSCOVICI; MARKOVÁ, 2006).

Moscovici empregou a psicanálise como instrumento profícuo de investigação das representações sociais, cujos estudos revelaram a dicotomia existente entre o pensamento de cunho científico e os saberes de senso comum que circulam, corriqueiramente, por entre a malha social. Considerou-se que, a introdução da psicanálise para a exploração desses paradoxos foi uma ação consentânea, em face da sua repercussão, sendo fortemente controversa e demasiadamente comentada.

Ademais, cabe delinear que o método psicanalítico possuía estreita homologia com as ideias qualificadas como de senso comum. Posto isto, os leigos forjaram suas próprias convicções a respeito da questão, distinguindo as similitudes que havia entre a psicanálise e as suas inúmeras vivências

cotidianas, como as que ocorrem, por exemplo, entre uma situação de confiança professada em um ato religioso e em uma entrevista com finalidade intervencionista da psicanálise.

Durante um dilatado período, muitos estudiosos da temática propagaram o entendimento de que não apenas a ciência e o senso comum se consubstanciavam como eventos descontínuos, mas asseveravam que o pensamento desenvolvido pela ciência possuía um status de supremacia com relação ao originado pelo senso comum (MARKOVÁ, 2016).

Inversamente, Moscovici elaborou a concepção de um desenvolvimento contínuo do conhecimento de senso comum em direção ao científico, o qual é semelhantemente relevante e se propaga no pensamento corrente no dia a dia. Como se pode notar, a compreensão que se tem sobre a conversão do pensamento científico em senso comum tem sido elementar na operacionalização da teoria.

Metodologia

Esta investigação foi confeccionada tendo por base dois parâmetros de ação, a saber:

Empreendeu-se um estudo de natureza bibliográfica, onde, no caso específico, pesquisou-se sobre a Teoria das Representações Sociais, engendrada pioneiramente por Serge Moscovici e, desenvolvida, a posteriori, de forma proeminente, pela sua egrégia sucessora, Denise Jodelet e, também, por outros colaboradores, conforme se poderá observar em todo o corpo do trabalho proposto. Assim, priorizou-se o estabelecimento de um diálogo entre as conceptualizações exprimidas pelos autores clássicos, para, posteriormente, articular tais informações com as releituras realizadas por autores alternativos contemporâneos.

De acordo com Lima e Miotto (2007), a pesquisa de cunho bibliográfico apresenta o fito de embasar teoricamente um objeto de estudo definido. Cabe delinear que, para tais autoras, esta modalidade de ação acadêmica se configura como

um movimento incansável de apreensão dos objetivos, de observância das etapas, de leitura, de questionamentos e

de interlocução crítica com o material bibliográfico que permite, por sua vez, um leque de possibilidades na apreensão das múltiplas questões que envolvem o objeto de estudo (LIMA; MIOTO, 2007, p. 44).

Ademais, empregou-se nesse diálogo, a contribuição de outras fontes de informação, o que demandou o perscrutínio de artigos científicos indexados nas plataformas virtuais de Periódicos de notoriedade científica, como, por exemplo, o *Scientific Electronic Library Online (SciELO)*, e, também, daqueles que são catalogados nos Banco de Dados de Teses e Dissertações da CAPES, em busca de compilar uma relação de publicações que abarquem os diálogos que estão circulando na comunidade acadêmica, ao laborar com os seguintes marcadores, definidos para inventariar essa pesquisa, quais sejam: memórias coletivas e o processo de ancoragem, e as influências dos convencionalismos sociais historicamente construídos, e, contemporaneamente reproduzidos pelos indivíduos de forma involuntária, dentro da conjectura das representações sociais.

Referencial teórico

A articulação entre as Representações Sociais e a Memória Coletiva

O século XX foi cenário de intensificadas transformações, especialmente no que tange aos fatos de natureza cultural e social. As revoluções ocorridas nas tecnologias, o avanço dos recursos comunicacionais, a reconfiguração das funções sociais masculinas e femininas, dentre outras ocorrências vultosas, foram responsáveis por transformar o último século, numa época representada por uma acentuada aceleração histórica, na qual as concepções sociais e culturais do sujeito são cada vez mais inconstantes. Segundo Sevcenko (2001, p. 17) “no ritmo em que as mudanças ocorrem, provavelmente nunca teremos tempo para parar e refletir, nem mesmo para reconhecer o momento em que já for tarde demais”.

O agrupamento de percepções, credos, hábitos e valores, que integram o espaço social, constituem conhecimentos intimamente vinculados à prática e a realidade corriqueira dos sujeitos, e, em razão de não se referirem a um conhecimento de caráter científico, são tratados como saberes de senso

comum, mas deve-se considerar que os mesmos conferem significação a realidade social das coletividades.

Moscovici, inspirado nos postulados *Durkheimianos*, alusivos às representações coletivas, formula a Teoria das Representações Sociais, debruçando-se sobre a investigação dos saberes práticos que integram o senso comum, fundamentado no preceito da continuidade do universo externo em relação ao interno, e, reciprocamente. Assim, frente ao contexto contemporâneo, caracterizado por ser volúvel e versátil, é que a Teoria proposta por este autor se estabelece como uma alternativa viável para a assimilação de algumas particularidades dessa conjectura.

É cabível mencionar que existe uma entranhável conexão entre a Memória e a Representação Social, haja vista que estas se relacionam dialeticamente, de modo que os comportamentos dos indivíduos no tempo presente são fundamentados pela representação social que este possui a respeito de algo, assinalando-se nela a característica de conservação amparado na ancoragem desta representação, atributo este formado, sobretudo, pela memória coletiva do grupo de aderência.

O conceito de ancoragem foi cunhado por Moscovici, cujo entendimento elucidada que a ação de ancoragem do objeto representado se efetiva pela incorporação cognoscível de tal elemento ao sistema de entendimento social já introduzido na memória do sujeito. Ademais, tal autor compreende que, a ancoragem se ocupa em denominar e categorizar o objeto representado.

É possível afirmar que as representações sociais posicionam o sujeito perante a realidade presente em seu contexto diário. É por intermédio delas que se orienta essa realidade, e que se definem as relações comportamentais, através da identificação com aquilo que lhe é familiar. Deste modo, as representações sociais são identificadas, em especial, na comunicação efetivada no universo social. Quanto a isso, Jodelet argumenta que:

Na realidade, a observação das representações sociais é algo natural em múltiplas ocasiões. Elas circulam nos discursos, são trazidas pelas palavras e veiculadas em mensagens e imagens midiáticas, cristalizadas em

condutas e em organizações materiais e espaciais (JODELET, 2001, p. 17).

Para Jodelet (2001) as representações sociais estruturam a organização da realidade comum a um agrupamento social. Em acréscimo a esta descrição, mencionam-se as afirmativas de Rangel (1994), para quem as representações sociais dispõem da competência de difundir valores e definições, e, à vista disso, podem determinar o modo como se processam a percepção e a tradução dos indivíduos frente às ocorrências que compõem a realidade da qual é participante. Nas ponderações de Moscovici, tem-se que:

os universos consensuais são locais onde todos querem sentir-se em casa, salvo de qualquer risco, atrito ou conflito. Tudo o que é dito ou feito ali, apenas confirma as crenças e as interpretações adquiridas, corrobora, mais do que contradiz, a tradição. Espera-se que sempre aconteçam, sempre de novo, as mesmas situações, gestos, ideias. A mudança como tal somente é percebida e aceita desde que ela apresente um tipo de vivência e evite o murchar do diálogo, sob o peso da repetição. Em seu todo, a dinâmica das relações é uma dinâmica de familiarização, onde os objetos, pessoas e acontecimentos são percebidos e compreendidos em relação a prévios encontros e paradigmas. Como sobre resultado disso, a memória prevalece sobre a dedução, o passado sobre o presente, a resposta sobre o estímulo e as imagens sobre a “realidade” (MOSCOVICI, 2001, p. 55).

Frente ao exposto, observa-se que não há uma dissociação entre o universo interior e o exterior, estando ambos numa integração ininterrupta, que qualifica um processo de interdependência bilateral, existindo, a partir disso, uma complementariedade recíproca entre o sujeito e o objeto. Moscovici sublinha, ainda, que esta interdependência é bastante difusa para que os sujeitos a distingam. Assim, os saberes conexos às representações sociais se consolidam alicerçados em impressões, as quais são provenientes das vivências e experimentações dos sujeitos, e que são internalizados nestes. Contudo, é válido frisar que, esta ação nem sempre se efetua de forma consciente.

Nota-se, outrossim, que, Moscovici reconhece a predominância do tempo passado, condicionado na memória, com relação ao presente. Nessa linha de raciocínio, adita-se o que exprime Ariés (2001), quando diz que a história das relações humanas está concatenada ao que ele denomina de não consciente coletivo, que agrega incontáveis componentes, tais como as coações morais socialmente convencionadas, cujos desdobramentos culminam em restrições, manifestações toleráveis, e afins. Segundo este autor, o não consciente se expressa como “traços coerentes e rigorosos de uma totalidade psíquica que se impõe aos contemporâneos sem que eles saibam” (ARIÉS, 2001, p. 161).

Destarte, fica evidente que, para ambos os autores, o presente se configura como uma construção subjetiva, firmados num conjunto de referências e impressões providas de um passado reconstruído pela memória, e que influi nas percepções e posicionamentos perante o mundo.

Tendo em vista esse fato, acredita-se que o conhecimento das representações sociais retratam uma tipologia de estudo que sobrepuja o presente imediato, posto que o passado está constantemente presente na esfera social, interferindo no modo como as mentalidades coletivas processam o seu entendimento a respeito dos eventos sociais. De acordo com Madeira (2000), as representações sociais:

Supõem objetos, sejam eles, pessoas, coisas, conceitos, ideias, reais ou imaginárias, apreendidos, conhecidos, apropriados no processo prático por homens inseridos de forma determinada numa dada totalidade social, num tempo e num espaço precisos. Uma representação social não pode, portanto, ser capitada como um dado estanque e isolado, mas no movimento pelo qual o homem concreto – relacionado e histórico – vai, continuamente, atribuindo sentido aos objetos dos quais se apropria (MADEIRA, 2000, p. 114).

A memória é extremamente relevante para a formação das representações sociais, porque é por intermédio dela que os sujeitos executam o processo de identificação, reconhecimento e adesão aos grupos. Essas ações implicam obrigatoriamente pela contínua familiarização do indivíduo ou das coletividades a algum elemento alheio a si.

Abric (2001) registra que esse processo implica na criação de representações sociais sistematizadas no entorno do núcleo central, o qual simboliza um constituinte crucial da representação, pois lhe confere significação e organização.

Os componentes centrais possibilitam a ordenação e a compreensão da realidade vivida a nível individual e, também, de grupo. Ao manifestar seu parecer quanto a esta característica das representações sociais, Moscovici comunica que, por meio desta, “as pessoas adquirem um repertório comum de interpretações e explicações, regras e procedimentos que podem ser aplicadas à vida cotidiana, do mesmo modo que as expressões linguísticas são acessíveis a todos” (MOSCOVICI, 1978, p. 78).

Com base nisso, o núcleo central é validado como “um subconjunto da representação” (ABRIC, 2001, p. 163), cuja inexistência promoveria na representação social um efeito de desajustamento. Na concepção de Abric (2001), esses pontos centrais são empregados pelo indivíduo no desempenho da memorização da representação, transformando-se em dispositivos que serão permanentemente mobilizados quando o sujeito estiver diante de uma situação ou experiência inédita para si, interferindo na sua reação e posicionamento dentro dessa realidade.

Há que se incluir nesse diálogo que, segundo este autor, o núcleo central está fundamentalmente associado aos fatores históricos e culturais, e, em virtude disso, adstrito à memória coletiva, se manifestando como um fator conciliador e propiciador de consonância entre as coletividades. Apresenta, portanto, uma natureza vigorosamente inflexível no que tange às modificações, favorecendo a subsistência da representação.

Verifica-se, assim, que os fundamentos das representações sociais estão alicerçados no conceito de longa duração, e não o contrário. E é nesse contexto que a memória coletiva atua, impulsionando a continuidade congruente das interações sociais do grupo. Além disso, faz-se mister registrar que, o núcleo central se coloca entre as perspectivas sociais mais concretamente constituídas, se situando na duração do tempo social e, em razão disso, está diretamente coadunado à memória coletiva. Com fulcro nisso, pode-se dizer que, a compreensão da integralidade das representações

reproduzidas no presente, somente se dará mediante a apreciação detida do passado, o que implica em extrapolar o imediatismo pragmático.

Ademais, pontua-se que a memória coletiva é tonificada por meio dos determinantes espaço e tempo de longa duração. Nesta se concentra a percepção imediata e, também, a história tradicional com toda sua volubilidade, na qual preponderam as ações orientadas pelas representações sociais, as quais são tratadas como conhecimentos práticos da realidade presente, e que carregam em si um passado de categoria coletiva e individual, motivo pelo qual não se admite um afastamento da memória, que é socialmente erigida e instaurada.

Ao realizar a interlocução entre os impactos provocados pela instância social e o sujeito, Moscovi evidencia a ideia de ancoragem, que é o viés articulador e sistematizador das representações sociais, que transporta consigo incomensuráveis cargas de significações simbólicas dispostas na memória coletiva. No entendimento do autor, a ancoragem traduz um grupo complexo de semânticas alusivas a um objeto e que são reconhecidas pelo crivo da memória. Além disso, este intelectual demonstra que ancorar consiste num exercício de classificação e nomeação das coisas, e que a inviabilidade de categorização fomenta no indivíduo uma relutância em aquiescer ao novo (MOSCOVICI, 1978).

Coisas que não são classificadas e que não possuem nomes são estranhas, não existentes e ao mesmo tempo ameaçadoras. Nós experimentamos uma resistência, um distanciamento quando não somos capazes de avaliar algo, de descrevê-lo a nós mesmos ou a outras pessoas. O primeiro passo para superar essa resistência, em direção à conciliação de um objeto ou pessoa, acontece quando nós somos capazes de colocar esse objeto ou pessoa em uma determinada categoria, de rotulá-lo com um nome conhecido... – então nós podemos representar o não-usual em nosso mundo familiar, reproduzi-lo como uma réplica de um modelo familiar. Pela classificação do que é inclassificável, pelo fato de se dar um nome ao que não tinha nome, nós somos capazes de imaginá-lo, de representá-lo (MOSCOVICI, 1978, p. 63).

A noção de classificação denota a carência por parâmetros previamente prescritos, os quais são explicitados pela memória, por meio dos valores e diretrizes morais, formulados no decurso histórico de existência do grupo.

É importante acentuar, ainda, que Moscovici (1978) elenca a existência de três aspectos: a atitude, a informação e o campo de representação. Todos estes apresentam entrelaçamento com a memória coletiva, haja vista que elas orientam o sujeito quanto ao objeto da representação, propiciando, concomitantemente, o sentido e o conteúdo desta, de modo semelhante ao que acontece com a dialética entre a sociedade e o sujeito expressada no tempo.

Introduz-se nesse diálogo, a ideia exprimida por Ariés (2001), o qual destaca que há dos tipos de mentalidade, “uma que se supõe conhecida, e de que é, de fato, pelo menos ingenuamente conhecida, que serve de ‘testemunha’ e à qual o historiador se refere; a outra, enigmática, discutível, terra incógnita que o historiador se propõe a descobrir” (p. 158).

Com supedâneo nessa declaração, acredita-se que, para se compreender as representações sociais de forma aprofundada, é necessário ter em vista essa mentalidade enigmática, originada pelo imaginário social, que entremeia a conjectura do real e que, não se situa no tempo curto. Essa ação é demasiadamente laboriosa, pois, como foi mencionado, o presente nunca se revela completamente aos seus contemporâneos, absortos na arrojada dinâmica dos fatos.

Contudo, Aires (2001) sugere que esta mentalidade possa ser distinguida através de duas vias:

Ela pode nascer do reconhecimento, [...] de pontos de semelhança com a nossa atual, que, por sua vez é ingenuamente conhecida – as permanências. Também pode nascer da constatação de diferentes irreduzíveis. A diferença torna-se então a condição da particularidade e da inteligência da particularidade... (ARIÉS, 2001, p. 165).

Mediante as permanências e modificações, desencadeadas a nível social e histórico, que são elementos substanciais para a edificação da

memória coletiva, ata-se o passado e o presente, e, de igual modo, os sistemas centrais e periféricos das representações sociais.

Nas assertivas de Jodelet (2001), tem-se que as representações sociais implicam num processo de aderência e operação análoga à crença e que, comungar de ideias homólogas ou ser participante do mesmo tipo de linguagem, são atributos passíveis de formação de um liame social e de uma identidade. Outrossim, para a autora, o estudo das representações sociais apresentam alguns pontos centrais, tais como: a especificidade do objeto, conteúdos e processos, e a dimensão social do produto.

Nesse sentido, ao se reportar à dimensão social desse processo, faz-se menção à dinâmica de relações, as vivências e as experiências entre os sujeitos, isto é, a tudo o quanto integra a memória coletiva de um grupo, a qual está estreitamente correlacionada ao imaginário social. Tal abordagem favorece a percepção da imprescindibilidade do passado na conformação das representações sociais, enquanto um elemento do desenvolvimento da ancoragem da integração social do sujeito. Nas afirmações de Patlagean, nota-se que:

cada cultura, portanto cada sociedade, e até mesmo cada nível de uma sociedade complexa, tem seu imaginário. Em outras palavras, o limite entre o real e o imaginário revela-se variável, enquanto o território atravessado por esse limite permanece, ao contrário, sempre e por toda parte idêntico, já que nada mais é senão o campo inteiro da experiência humana, do mais coletivamente social ao mais intimamente pessoal (PANTLAGEAN, 2001, p. 245).

Essa forte vinculação existente entre a dimensão individual e coletiva, mobiliza as representações sociais, ocasionando na formação de uma estrutura na qual a memória coletiva e a experimentação se confluem, transformando as representações sociais num articulador entre os fatores afetivos, psicológicos e os fenômenos desenvolvidos no âmago social (JODELET, 2001).

Considerações finais

As representações sociais são, por definição, modalidades de conhecimento prático, e se posicionam, mais notadamente, entre as correntes de pensamento que se debruçam sobre o estudo dos conhecimentos do senso comum. Tal perspectiva contribui para que haja uma clivagem entre esta teoria e as categorias do conhecimento com tendências tradicionais, haja vista que estas vislumbram a validade do saber pelo crivo da formalidade científica, ou seja, o conhecimento legitimado é aquele que já atravessou o limiar epistemológico, sendo composto por um agregado de enunciados que determinam regulamentações de verificação e coerência.

Para superar essa disparidade, as correntes que se empenham em estudar os saberes, independente de terem sido submetidos a um trato formal ou não, se esforçam em suplantar a diferenciação existente entre ciência e senso comum, considerando ambas as expressões do conhecimento como sendo construções sociais, subordinadas aos eventos sociais e históricos que predominaram em períodos específicos.

É evidente que essa distinção não é uma simples estratégia didática, mas está relacionada com alterações no posicionamento relativo ao estatuto da objetividade e da certificação da verdade, enquanto parâmetro de racionalidade adotado pela modernidade científica. Por fim, acredita-se que, somente com a promoção de um trabalho efusivo de valorização e credibilidade dos saberes do senso comum, é que estes assumirão a sua devida importância no âmbito social, não sendo mais taxados como um tipo de conhecimento inferior ao científico, mas prestigiado como um saber legítimo e mobilizador das modificações sociais.

Referências

ABRIC, J. C. O estudo experimental das representações sociais. In: JODELET, D. *As representações sociais*. Rio de Janeiro: UERJ, 2001. p. 155-172.

ARIÉS, P. A história das mentalidades. In: LE GOFF, Jacques. *A nova história*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p. 154-172.

FAUCHEUX, C.; MOSCOVICI, S. Remarques critiques sur la “question microsociale”. *Arguments*, n. 6, p. 19-27, 1962.

JODELET, D. *As representações Sociais*. Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

LIMA, T. C. S; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. *Revista Katál*, v. 10, n. esp, p. 37-45, 2007.

MADEIRA, M. C. Representações sociais de professores sobre a própria profissão: à busca de sentidos. In: *Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação*, 23, 2.000, Caxambu.

MARKOVÁ, I. *The dialogical mind: common sense and ethics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2016.

MOSCOVICI, S. *A representação social da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MOSCOVICI, S. Das representações coletivas às representações sociais: Elementos para uma história. In: JODELET, D. *As representações sociais*. Rio de Janeiro: UERJ, 2001, p. 45-66.

MOSCOVICI, S.; MARKOVÁ, I. *The making of modern social psychology: the hidden story of how an international social science was created*. Cambridge: Polity, 2006.

PATLAGEAN, E. A história do imaginário. In: LE GOFF, J. *A nova história*. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p. 292-309.

RANGEL, M. Representação e leitura crítica do mundo nos livros didáticos. *Em Aberto*, s.v, n. 61, p. 177-186, jan/març. 1994.

SEVCENKO, N. *A corrida para o século XXI: no loop da montanha-russa*. São Paulo: Cia das Letras; 2001.

Recebido em 21 de maio de 2022.

Aceito em 18 de junho de 2022.